

## **Titulo do simpósio temático: Arquitetura e Saúde: história e patrimônio. Experiências em rede.**

### **Título do trabalho: Colônia Juliano Moreira: Usos, permanências e paisagem**

Autor: Tainá Reis de Paula, Pós-graduanda no programa de pós-graduação da Casa de Oswaldo Cruz – Curso de especialização em preservação e gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde – FIOCRUZ

#### **Resumo**

O seguinte trabalho tem como objeto as transformações ocorridas na Colônia Juliano Moreira, tanto em seu patrimônio arquitetônico como em seus usos e permanências a partir da implantação da Colônia de Psicopatas nos primeiros anos da década de 1920.

Refletindo-se sobre os três diferentes momentos da Colônia: fazenda colonial, instituição de tratamento psiquiátrico e instituição científica em sua fase mais recente (grande parte de seu território foi doado à Fundação Oswaldo Cruz para implantação de mais um campus da instituição), é possível traçar um paralelo com as práticas terapêuticas de saúde mental no Brasil e como a tipologia de colônia de isolamento influenciou de forma determinante a permanência dessa paisagem tão peculiar do Rio de Janeiro.

O trabalho ganha relevância por se tratar de um objeto que agrega várias vertentes de análise, num conjunto que passou por um grande período de esquecimento (aqui colocado no âmbito de uma memória coletiva da cidade) e que hoje se depara com um processo de reapropriação e descoberta. Patrimônio, paisagem e história permeiam a Colônia e delineiam os traços que configuram seu espaço até os dias de hoje. Os desafios de sua preservação devem, portanto, acompanhar o entendimento desses percursos.

Nesse sentido, propõe-se um exercício de reconhecimento do território Colônia enquanto pertencente à cidade, e importante marco de sua historiografia. O trabalho viria numa perspectiva de reafirmação e de permanência e existência do lugar.

## **Abstract**

The following work focuses on the transformations in the *Colônia Juliano Moreira*, both in its architectural heritage and in its uses and permanence since the implementation of the colony of psychopaths in the first years of the 1920s.

By reflecting on the three different periods of the colony: colonial farm, establishment of psychiatric treatment and research institution in its latest phase (large part of its territory was donated to the Foundation *Oswaldo Cruz* for deployment of more than one campus of the institution), it is possible to draw a parallel with the therapeutic practices of mental health in Brazil and how the colony isolation type influenced in such a way the permanence of this peculiar landscape of Rio de Janeiro.

The work gains significance as it is an object that aggregates several strands of analysis, in a place that went through a long period of oblivion (here placed within a city's collective memory) and which today is facing a process of repossession and discovery. Heritage, landscape and history permeate the *Colônia*, and outline the traces that configure its space until the present days. The challenges of its preservation should therefore follow the understanding of these pathways.

In this sense, we propose a recognition exercise of the Colony's territory as belonging to the city and as an important landmark of its historiography. The work assumes a perspective of reassurance and permanence and existence of the place.

## **Palavras-chave**

paisagem cultural, patrimônio

## **Key words**

Cultural landscape, heritage

## **Colônia Juliano Moreira: Usos, permanências e paisagem**

### **1. Mudança de usos. Permanência da paisagem**

O território da Colônia Juliano Moreira originou-se a partir de um dos mais antigos engenhos de cana de açúcar em Jacarepaguá, integrando inicialmente as terras do Engenho da Taquara, que é então desmembrado em 1664 e denominado Fazenda Nossa Senhora dos Remédios. Em 1778 recebe o nome de Engenho Novo da Taquara<sup>1</sup>. Nos anos de 1660 iniciou-se a construção do engenho e da capela de Nossa Senhora dos Remédios. Ainda hoje existem reminiscências da época e o núcleo original<sup>2</sup>, que hoje faz parte do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas.

A partir do decreto municipal nº 369 de janeiro de 1867 – que institui e regulamente o imposto predial da zona rural no município do Rio de Janeiro, atrelada ao declínio das atividades agrícolas na virada do século XX na cidade, a fazenda vai perdendo território e importância, até que em 1912 o Engenho Novo da Taquara é desapropriado pelo Governo Federal para abrigar uma colônia de psicopatas a serem transferidos da Ilha do Governador. A partir de 1920 foram construídas as edificações do Núcleo Psiquiátrico da Colônia Juliano Moreira<sup>3</sup> (até então denominada Colônia de Psicopatas de Jacarepaguá).

A partir de da década de 30, com as reformulações da Colônia e a construção de novas unidades, a instituição investe na praxiterapia<sup>4</sup> e no tratamento heterofamiliar (contato com pessoas saudáveis), na recuperação dos pacientes como terapêuticas. Cabe lembrar que as reformas internacionais de psiquiatria e as mudanças governamentais (o principal período de ascensão da instituição foi

---

<sup>1</sup> Pesquisa feita nos documentos da pretoria da Freguesia de Jacarepaguá e Inhaúma (Arquivo

Nacional, acervo documentos do acervo judiciário do Arquivo Nacional

<sup>2</sup> Trata-se inclusive da porção mais antiga da ocupação, tutelada por tombamento estadual e federal.

<sup>3</sup> Juliano Moreira foi membro da Liga Brasileira de Higiene Mental. Sua tese central baseava-se na hereditariedade da doença psíquica loucura. Baseando-se nesse preceito, o objetivo era segregar e esterilizar pacientes, especialmente os não-brancos, dotados de “diabólicas” doenças mentais, supostamente lesivas a uma suposta raça brasileira. Extraído da reportagem “Loucura”, publicada em periódico da Biblioteca Nacional (ver referências bibliográficas).

<sup>4</sup> Termo usado para o tratamento através de atividades que consistem na utilização terapêutica do trabalho, distribuindo-se tarefas de complexidade crescente; terapia ocupacional.

durante a Era Vargas – 1930-1945 -, que tinha como premissa de governo a manutenção do homem sadio do “homem novo”, modelo de progresso da Nação), auxiliam de forma preponderante na ampliação do atendimento e de unidades.

Nas décadas de 40 até meados de 50, o complexo atravessa por um período de franco crescimento, principalmente após a desativação do Instituto da Praia Vermelha e transferência de seus internos para Jacarepaguá e a ampliação das áreas de atuação. Agora não só doentes psiquiátricos seriam utilizados mas também físicos ( o Pavilhão 01 torna-se núcleo de tuberculosos nessa época), leprosos, dependentes químicos, enfim, todos os pacientes que poderiam ser “curados” de suas enfermidades com a atmosfera salutar da Colônia<sup>5</sup>.

A partir da década de 1970 iniciou-se nos países desenvolvidos o processo de desinstitucionalização da assistência psiquiátrica, um movimento em prol da diminuição das internações psiquiátricas e do tratamento dos pacientes na comunidade. As principais razões que propiciaram seu surgimento foram as péssimas condições em que se encontravam os hospitais psiquiátricos, o movimento pelos direitos civis e pelos direitos humanos, o surgimento de psicofármacos mais eficazes - os *neurolépticos* - e o argumento de que o atendimento à saúde mental na comunidade teria um custo mais baixo (Bandeira,1991; Bassuk 1978; Fagundes,1998; Hafner & Heiden, 1989; Morgado & Lima, 1994, in VENÂNCIO; CASSILIA, 2010 e MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002), Com isso, a Colônia entra em declínio e a partir da década de 70 desativa alguns pavilhões e diminui gradativamente o número de internos.

Na década de 1990, com a lei antimanicomial de 1989 e já sob a responsabilidade da Prefeitura (1996), a Colônia assume seu caráter de acompanhamento periódico e atendimento clínico emergencial, não realizando mais internações.

Em 2003 a Colônia é desmembrada em 5 setores, dos quais o maior deles (o setor 1) é cedido à Fundação Oswaldo Cruz que desde então desenvolve atividades de reconhecimento local e implantação do Campus. O setor 2 é cedido à Secretaria Municipal de Saúde para a continuidade dos equipamentos de saúde incluindo-se aí o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, o Setor 3 à Secretaria

---

<sup>5</sup> Para estudo mais desenvolvido sobre as práticas terapêuticas na Colônia Juliano Moreira no período, ver VENÂNCIO, Ana; CASSILIA, Janis. Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: exclusão e vida social (1940 – 1954) in WADI, Yonissa ET al. História e loucura: saberes, práticas e narrativas. Uberlândia: EDUFU, 2010.

Municipal de Habitação, o Setor 4 ao Exército (que posteriormente vende a uma empresa imobiliária) e o Setor 5 ao Centro de Referência Professor Hélio Fraga.(RODRIGUES e DOMINGUES, 2008).

## **2. A Colônia e seus fragmentos**

A partir da leitura de Cesare Brandi e do entendimento das partes que compõem um todo, que se transformam na unidade potencial preconizada pelo autor e se (..) “em nosso cotidiano (...), está precisamente a exigência de reconhecer ligações que conectem entre si as coisas existentes (...)”, foi preciso entender as mudanças e analisar as conexões dos três períodos estanques do sítio em que se localiza a Colônia Juliano Moreira, alinhando seus marcos e permanências.

Num universo como a Colônia, onde trechos de passado permanecem e coexistem e onde agentes diferentes de uma memória coletiva também coexistem (pacientes, ex-internos, moradores antigos e recentes e funcionários da FIOCRUZ), é de suma importância a identificação não só dos processos formadores de tal memória como suas transformações, a fim de se indicar caminhos e perspectivas para a preservação.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (GOFF, 1992, p 535).

No caso da Colônia, onde as várias fases desse passado (a pátina do tempo descrita em Brandi) se sobrepõem, é de suma importância que essa convivência seja estudada com maior cuidado, a fim de se evidenciar a riqueza cultural e os inúmeros aspectos formadores dessa paisagem. A Fazenda, o Manicômio e atualmente o Centro de Pesquisa (FIOCRUZ) são parte integrante de uma mesma história e não devem de forma alguma ser suplantada em detrimento de outra.

### **2.1 A Fazenda e seu registro no sítio**

O sítio da Colônia Juliano Moreira apresenta uma série de registros contemporâneos à época de funcionamento do engenho de açúcar, dos anos setecentistas (a cronologia dos engenhos já foi transcrita em tópico anterior),

tornando-o importante fragmento comprobatório da evolução urbana da cidade e da história deste ciclo econômico.

Dessa época, permanecem alguns elementos como a sede da fazenda, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios, uma capela e algumas ruínas de outras construções, além do conjunto de canaletas e de um aqueduto (único bem tombado em nível federal<sup>6</sup>).

Interessante frisar o desinteresse por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan – à época do inventário, ainda em 1938, pelos elementos remanescentes além do aqueduto, muito claramente colocado no trecho abaixo transcrito onde há apenas citação à Igreja N.S. dos Remédios:

*Tendo passado por grandes reformas, confessamos desconhecer a sua data, mas verdade é que, arquitetonicamente, nenhum interesse desperta, salvo a tribuna do presbitério, que passa por trás do altar mor e como elemento decorativo é o único exemplar existente no distrito federal, não sendo má suas proporções.*

(Paulo Barreto, técnico do IPHAN - Série de Inventário Aqueduto da Colônia dos Psicopatas cx 003/pasta 2)

Em documentação posterior, realizada pelo próprio Instituto, um inventário de 1968 e um estudo denominado “Projeto de entornos dos bens tombados em Jacarepaguá”, de 1984, outros imóveis já aparecem citados e fotografados. No mais recente inclusive há fotos do morro Dois Irmãos, indicando a importância dada à paisagem e à ambiência locais.

---

<sup>6</sup> Processo 101-T-38, em 11/05/1938. Inscrição no 53, no livro de Belas Artes, vol. 1, f. 10 e inscrição nº 31, no livro Histórico vol. 1, f. 7.



Figura 1 – Aqueduto em inventário de 1938. Fonte: Iphan – série de Inventário Aqueduto da Colônia dos Psicopatas.

Figura 2 – Aqueduto em inventário de 1968. Iphan – série de Inventário Igreja Nossa Senhora dos Remédios

Figura 3 – Iphan – série “Projeto de entornos dos bens tombados em Jacarepaguá, 1984.



Figura 4 – Mapa do entorno da Fazenda do Engenho Novo da Taquara. Biblioteca Nacional, *in* ANDRADE 2010.





Figura 5 – Entorno atual do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas, 2010. Base google earth e Rio Atlas. .

A preocupação com a paisagem, de forma curiosa, aparece descrita em documento registrado na Pretoria da Freguesia de Jacarepaguá e Inhaúma, de 1778, à época do desmembramento do Engenho Novo da Taquara:

*Das terras até os rocios da vista dos morros irmãos, as madeiras devem ser mantidas, vindo a madeira para uso do engenho das terras de Camorim.(...)  
Os morros irmãos continuarão vistosos com sua mata fechada (...)*

(Trecho adaptado de documento comprobatório de alteração de proprietário, antes Antônio Barreto de Menezes para Maria Teles – grifos nossos)

A divisão das terras das fazendas era permeada por caminhos que hoje se encontram em parte desaparecidos ou agregados ao parcelamento atual da cidade. Sabe-se que entre a Fazenda da Taquara e o Engenho Novo não havia limites estabelecidos e que a entrada principal do engenho era pela Estrada de Curicica. O



portão existente hoje na entrada do núcleo histórico data do século XIX (ANDRADE, 2010). Outros marcos eram estabelecidos como demarcação de terras.

Pode-se concluir portanto que os limites estabeleciam relações que iam além da propriedade. Os documentos de sessão, venda e transmissão de propriedade estudados são repletos de referências simbólicas e de marcos naturais, onde alusões ao morro Dois Irmãos, Pedra Hime e alagadiços próximos ao Núcleo Histórico (alguns presentes até hoje) são recorrentes.

## 2.2 A Colônia de Psicopatas

À época de sua instalação, muitos dos equipamentos da antiga fazenda foram aproveitados, inclusive a sede, assobradado que fica ao lado da Igreja da Nossa Senhora dos Remédios. Novos pavilhões foram construídos dentro da lógica de isolamento para pacientes psiquiátricos.

Todos os sete pavilhões construídos seguem a tipologia pavilhonar, ora agregando elementos típicos de chalé, ora ornatos de outras vertentes da arquitetura, como o pavilhão 5 que tem colunas de ordem toscana em sua fachada.

Nos arquivos do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira (IMASJM), constam uma série de referências e viagens de seus principais médicos à Colônia de Geel, na Bélgica.

Na publicação “Boletim da Colônia Juliano Moreira – Edição dedicada à Colônia de Geel”, as características do tratamento hetero-familiar, bem como a necessidade de reinserção dos pacientes em “um ambiente saudável e próximo ao convívio de pessoas sadias” são descritas. Tal ambiente deveria refletir as práticas do tratamento, inclusive no padrão das construções do complexo de saúde (PORTO, 2008), onde provavelmente se inspiraram as instalações da Colônia Juliano Moreira.



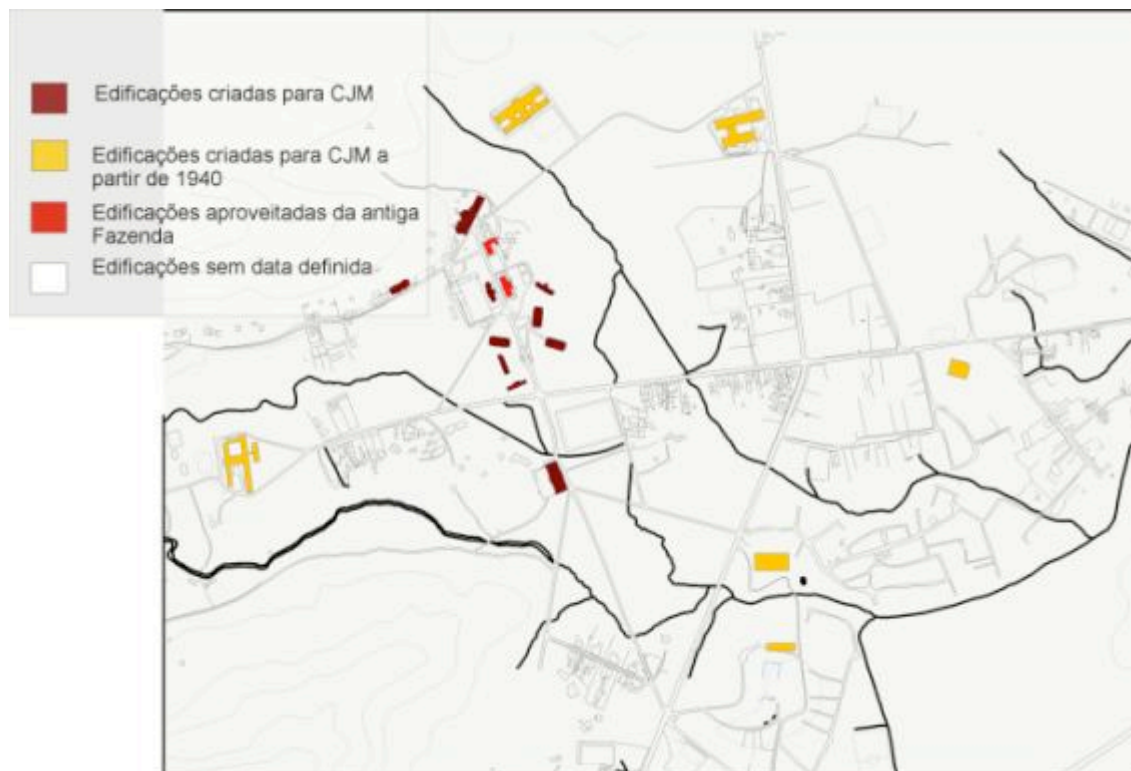
Figuras 6 e 7 - Imagens Colônia de Geel. Fonte: Boletim Boletim da Colônia Juliano Moreira, acervo IMASJM, S.D.



Figuras 8 e 9 - Imagens da Colônia Juliano Moreira. Fonte: Arquivo pessoal, 2010 e arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Oswaldo Cruz, 2006. Semelhanças na implantação e na tipologia arquitetônica.

A partir da ampliação da Colônia, promovida em parte pela desativação do Hospital da Praia Vermelha (1938) e pela ampliação de tratamento para outras patologias que necessitassem do isolamento clínico (tuberculose, dependência química, etc.), já na década de 1940, a então denominada Colônia Juliano Moreira amplia suas instalações, construindo novos pavilhões próximos ao Núcleo. Essa expansão de seu território cria novas dinâmicas locais e percursos, feitos pelos próprios pacientes e funcionários, delineando os percursos consolidados hoje.





Figuras 10 e 11 – Mapas da área do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas (núcleo que conserva unidades contemporâneas à época da Fazenda e mapa mais geral mostrando a ampliação das unidades ao longo do sítio).

Além da definição dos caminhos e relação de cheios e vazios (pavilhões e sítio), outro fator determinante para a manutenção da ambiência da Colônia como se conhece hoje foi sem dúvida seu uso como unidade de tratamento psiquiátrico. Os usos sujos (hospitais, cemitérios, gasômetro, necrotérios, etc. Para maiores referências ver ABREU, 2006) de certa forma barraram o crescimento da cidade durante anos em sua direção, desacelerando o processo de parcelamento, uso irregular do solo de outras áreas do Rio de Janeiro.

Observando novamente a figura 5, percebe-se ao comparar os dois núcleos de fazenda, apenas o Núcleo Rodrigues Caldas permanece com seu tecido menos parcelado, corroborando para a comprovação desta hipótese.

O esquecimento – tema debatido não só por Le Goff, mas também por Michael Pollak, – pode ser aplicado no entendimento do sítio da Colônia, onde ao passado de Fazenda alinhava-se um novo viés: a atribuição de valor à história do tratamento psiquiátrico no Brasil.

A seletividade da memória (POLLAK, 1989) que produz o esquecimento e reitera a exclusão, determina os lugares de memória que devem ser lembrados. Nos espaços de Saúde, onde a vivência traumatizante é corrente, a necessidade voluntária de se lembrar (e portanto preservar) diminui consideravelmente.

A interpretação deste lugar enquanto pertencente também à história da medicina e não só a um passado anterior parnasiano e bucólico (a fase da Colônia enquanto fazenda somente pode, em uma análise precipitada, ser encarada desta maneira) é imprescindível para um entendimento amplo do patrimônio em questão e para a construção de uma identidade plural, rica em registros e vivências.

Os anos de esquecimento da Colônia devem inclusive integrar uma leitura maior de sua trajetória e corroborar para o entendimento da dinâmica da própria cidade e de sua sociedade formadora. A lógica urbana e social que excluiu e “esqueceu” a Colônia ao longo dos anos, deve servir de mote para as novas abordagens acerca do patrimônio natural e cultural presentes.

A referência ao passado servem dentre outros aspectos, para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLACK, 1989,p.9)

O patrimônio da Colônia deve ser encarado antes de mais nada através da barreira do não-dito e da negação, portanto, olhando-se para seu passado de forma integral, com o intuito de se traçar um futuro mais consciente, numa operação que tornaria articulável “uma certa visibilidade do passado, através de procedimentos de dar à visão, e que, no mesmo movimento, produziria o seu oposto: o invisível” (GUIMARÃES, 2007).

### **3. Paisagem cultural e Colônia Juliano Moreira**

Apesar das iniciativas no que se refere à preservação do patrimônio além do âmbito tangível, as mudanças no discurso no que se refere à preservação da paisagem surgiram tardiamente. No IPHAN, ainda com Aloísio de Magalhães, houve uma mudança na Instituição, numa perspectiva de valorização da diversidade cultural brasileira e não mais da criação de uma identidade nacional. O “pluralismo cultural” (OLIVEIRA, 1987 apud GONÇALVES, 2002 p.77) ganha força e o reconhecimento dos bens imateriais torna-se uma das premissas do IPHAN.

Internacionalmente, temos também a maturação do conceito de patrimônio, numa perspectiva cada vez maior de abranger os saberes e os fazeres de uma



determinada sociedade. As Cartas e Compromissos estabelecidos buscam cada vez mais a noção de desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável, bem como reiterar os interesses da produção cultural das mais variadas sociedades, além dos múltiplos fatores imbricados que formam uma determinada cultura.

Nesse sentido, a discussão sobre paisagem cultural ganha espaço na medida em que a ampliação do conceito de patrimônio em si abre espaço para o multiculturalismo e para uma identidade que permeia as várias escalas patrimoniais.

Será na Carta de 1972, resultado da Conferência Geral da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural que o termo paisagem cultural aparecerá na figura do termo “lugares notáveis” de forma mais clara, demonstrando a preocupação internacional com o tema.

Já na Recomendação nº R (95) 9, de 1995, o termo paisagem ganha a seguinte definição:

“Expressão formal dos numerosos relacionados existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos.”

Nacionalmente, a discussão sobre paisagem se reflete na discussão sobre os sítios históricos e em sua forma mais recente de discussão, no campo dos centros urbanos passíveis de preservação. O Estatuto das Cidades e algumas Cartas (podendo-se citar a Carta de Bagé, etc), representam a afirmação deste novo conceito, onde uma série de novos fatores imbricados se agregam ao pensamento patrimonial:

“A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais”

(Carta de Bagé, 2007)

### **3.1. A Colônia Juliano Moreira e sua legislação protetiva**

A Colônia Juliano Moreira apresenta atualmente vários graus e instâncias de preservação. Tem seu reconhecido através de tombamento pelo IPHAN ainda em 1938 (refletindo a visão conservativa da Instituição para o patrimônio de “pedra e cal”, visão essa discutida em item anterior).

O Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC - tomba a Igreja Nossa Senhora dos Remédios e o conjunto arquitetônico do Núcleo Histórico Rodrigues Caldas definitivamente em 1983, reiterando a importância não só das edificações

isoladas como também a “ambiência gerada pela implantação no sítio das edificações” (extrato do processo de tombamento).

Também em 1983 o INEPAC tombará o Morro dois Irmãos, marco de suma importância na paisagem da Colônia Juliano Moreira e na análise das mudanças ocorridas no discurso sobre preservação e significância da paisagem cultural.

Paralelo a isso, temos a valoração, igualmente através de tombamento, do trabalho do artista plástico e paciente da então Colônia de Psicopatas Juliano Moreira Arthur Bispo do Rosário, já em 1994 (novamente pelo INEPAC), demonstrando definitivamente a preocupação de registro não só de arte singular mas de toda uma bagagem cultural que envolve e transcende o espaço da Colônia. O patrimônio da Colônia passa a ser encarado, de forma mais integral, olhando-se para seu passado nas diversas facetas, com o intuito de se traçar um futuro mais consciente, numa operação que tornaria articulável “uma certa visibilidade do passado, através de procedimentos de dar à visão [...]” (GUIMARÃES, 2007).



Figuras 12 – Imagem morro Dois Irmãos. Fonte: Iphan, 1984. Figura 13. Igreja N. S. dos Remédios. Fonte: DPH/Fiocruz, S.D. Figura 14 – Manto de Arthur Bispo do Rosário. Fonte: IMASJM, 2007.

A partir dos princípios dispostos por Dominique Poulot – perceptibilidade, especificidade e singularidade – pode-se classificar a Colônia como lugar de patrimônio e principalmente de descoberta, onde as lembranças ganham lugar especial e tornam-se a encarnação da “comunidade imaginária”, reflexo de um passado que deve sempre figurar em nossa memória presente a fim de sermos capazes de interpretarmos nosso futuro.

A patrimonialização da Colônia indica um caminho natural na busca por um entendimento mais coerente dessa paisagem, de seus elementos formadores e do



“senso cultural da coletividade” (POULOT, 2009). A identidade territorial é de suma importância neste contexto de construção de uma identidade global, focada na multidisciplinaridade que a área exige.

#### **4. Desafios e limites do século XXI. A Colônia Juliano Moreira e uma nova agenda**

A partir de sua municipalização e seu desmembramento em 2003, uma série de medidas foram tomadas no sentido de discussão dos instrumentos de proteção e desenvolvimento local.

O plano diretor da Colônia Juliano Moreira e o Plano diretor do Campus Mata Atlântica, (nome do Campus da Fiocruz na área da Colônia) são iniciativas no campo do planejamento que visam a preservação desta paisagem, hoje ameaçada pelo constante avanço da cidade em sua direção, à exemplo do que passa Jacarepaguá (região que a Colônia faz parte) e que também sofre consideráveis transformações. Onde as práticas rurais quase inexistentes e os núcleos de tratamento entram em contradição com o meio urbano e a explosão demográfica e imobiliária que avançam cada vez mais rapidamente para as fronteiras do bairro, transformando a paisagem do bairro gradativamente.



Figuras 15 Em primeiro plano, a favela Dois Irmãos, Setor 3 Colônia e o Morro Dois Irmãos. Ao fundo, o Vale do Pavuninha inserido no Campus Fiocruz da Mata Atlântica. (março de 2006).In: DOMINGUES, BENITES, 2009.

Nesse sentido, uma nova abordagem do patrimônio faz-se necessária, onde o planejamento emerge como novo instrumento de tutela e regulador do patrimônio cultural, entendido aqui como a paisagem natural modificada pelo homem e indicador de novas práticas para com o patrimônio.

Considerando a necessidade de uma nova agenda para os bens culturais, o planejamento ganha forte importância pois, ao não diferenciar a natureza do bem (os princípios reguladores valem para bens de diversas categorias), atribui proteção à bens tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais de certa forma. Através de um planejamento coerente, que vislumbre as relações e imbricações do espaço cultural com o restante da cidade, outras práticas poderão ter um grau de eficácia maior, onde envoltórias, determinação de gabarito, taxas de ocupação, etc. poderão atingir outros resultados no que concerne à proteção. A adoção de parâmetros urbanísticos diferenciados para os distintos núcleos da Colônia são de suma importância para a perpetuação de suas características fundamentais de sua paisagem.

A conformidade com a legislação ambiental, dos instrumentos tradicionais de proteção e a ampliação da noção de patrimônio, são cruciais na construção da integralidade do patrimônio (MENEZES, 1992) e no enraizamento de práticas que consolidem os sítios históricos.

Nesse sentido, o trabalho buscou trazer à discussão, através dos percursos e transformações do sítio e da paisagem da Colônia Juliano Moreira a investigação do objeto através de uma leitura e identificação da memória do lugar, bem como das permanências e fragmentos de uma história que ainda está por ser contada com mais detalhes e abordagens.

A Colônia entendida como patrimônio em sua integralidade (bem isolado, sítio e imaterialidade) indica um caminho natural na busca por um entendimento mais coerente dessa paisagem, de seus elementos formadores e do “senso cultural” existente. A identidade territorial é de suma importância neste contexto, de construção de uma identidade global, focada na multidisciplinaridade que a área exige.

## 5. Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006
- ANDRADE, Inês El-Jaick. Ruínas do Antigo Engenho Novo no Núcleo Histórico Rodrigues Caldas da Colônia Juliano Moreira: pesquisa histórica e iconográfica. *Revista da História da Arte e Arqueologia*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas 2010.
- ARAÚJO, Carlos Francisco Correia de. "Jacarepaguá de Antigamente", Belo Horizonte, 1995.
- CULLEN, Gordon. *A Paisagem Urbana*. Edições 70, 1959.
- Fichas Sumárias de Inventário de Bens Imóveis do INEPAC. Rio de Janeiro, 1990.
- Fichas complementares de Inventário de Bens Imóveis do INEPAC, Rio de Janeiro, 1990.
- Fichas de Inventário do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Oswaldo Cruz, 2005.
- FILHO, Nestor Goulart Reis, Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção. In SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Depº de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.
- DOMINGUES, Luis Madeira. Projeto Campus Fiocruz da Mata Atlântica: ciência e cultura em zona de fronteira entre a cidade e a floresta, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Capítulo dois: A identificação do Brasil. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002. p. 37-77.
- GOSSMAN, Erwing. "Manicômios, Prisões e Conventos. Ed. Perspectiva, 1986.
- GUIMARÃES, Manoel. Vendo o passado: representação e escrita da história - Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.15. n.2.p. 11-30. jul-dez. 2007.
- LE GOFF, J. História e Memória. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MENEZES, U. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. (Org.) Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE, *Fundamentos da praxiterapia: guia e práticas*, 2002.
- NORA, P. Science et Conscience du Patrimoine: actes des Entretiens du Patrimoine. Paris: Fayard, Éditions du Patrimoine, 1997.
- PERIÓDICO DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, agosto de 2005
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989
- PORTO, Ângela (org). *História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2008
- POULOT, D. Uma história do Patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade; 2009.
- MENEZES, Ulpiano. O Patrimônio cultural entre o público e o privado. In SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Depº de Patrimônio Histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992
- SANTOS, Carlos Nelson F. "Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo". *Revista PROJETO* no. 86. São Paulo: Projeto Editores, 1986, pp 59-63
- SANTOS, Noronha. *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Padrão Inelivro, 1981.
- SILVA, Fernando Nascimento (ORG). *RIO DE JANEIRO em seus quatrocentos anos : formação e desenvolvimento da cidade*. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- SILVEIRA, Nise da. *O mundo das Imagens*, São Paulo, 1980.
- *Typographia do annuario do Brasil*. Assistência pública e privada no Rio de Janeiro: Histórias e estatísticas - Comemoração do centenário da Independência Nacional. Rio de Janeiro, 1922.
- VENÂNCIO, Ana; CASSILIA, Janis. Política assistencial psiquiátrica e o caso da Colônia Juliano Moreira: exclusão e vida social (1940 – 1954) in WADI, Yonissa ET al. *História e loucura: saberes, práticas e narrativas*. Uberlândia: EDUFU, 2010